

Corrupção

O Parlamento Europeu quer que o atual ciclo político da UE inclua entre as suas prioridades a **luta contra a corrupção e o branqueamento de capitais**, propondo uma série de medidas para combater estes fenómenos criminosos.

ver pág. 3

Serviços públicos na NET

O Parlamento Europeu aprovou as primeiras regras à escala da UE para **tornar os sítios Web e as aplicações móveis (“apps”)** da administração pública, hospitais, tribunais, universidades e outros organismos do setor público **acessíveis a todos**, em especial às pessoas com deficiência e aos mais idosos.

ver pág. 12

Orçamento UE/2017

O PE sobre o orçamento da UE para 2017 **rejeita os cortes feitos pelo Conselho** e propõe o aumento das dotações, como a Iniciativa para o Emprego dos Jovens, o crescimento, a migração e a segurança.

ver pág. 16

em destaque:

Pacto pela Democracia

A Comissão deve apresentar, até setembro de 2017, uma proposta para a criação de um **“Pacto da União para a Democracia, o Estado de Direito e os Direitos Fundamentais”**, que inclua uma dimensão preventiva e corretiva, um ciclo semelhante ao Semestre Europeu de coordenação das políticas orçamentais e relatórios específicos por país. A recomendação é feita num relatório de *“iniciativa legislativa”* hoje aprovado pelo Parlamento Europeu. Caso não apresente a proposta requerida pelo PE, a Comissão terá de justificar os motivos para tal.

O Parlamento Europeu requereu à Comissão que apresente, até setembro de 2017, uma proposta para a celebração de um *“Pacto da União para a Democracia, o Estado de Direito e os Direitos Fundamentais”*, sob a forma de um acordo interinstitucional, no âmbito do artigo 7.º do Tratado da UE, que determina as **ações a tomar caso exista um risco manifesto de violação grave dos valores em que assenta a União**.

A avaliação do estado da democracia, do Estado de direito e dos direitos fundamentais nos Estados-Membros e a elaboração de projetos de recomendações específicas por país devem ser efetuadas por um painel de peritos independentes. A adoção de um Relatório Europeu sobre Democracia, Estado de Direito e Direitos Fundamentais pela Comissão daria depois início ao debate interparlamentar e ao debate no Conselho. No relatório aprovado, o Parlamento Europeu faz recomendações detalhadas sobre todos os passos deste mecanismo anual.

Carlos Coelho afirmou: *“o respeito pelo Estado de Direito é um princípio basilar da União Europeia, exigimo-lo como condição de entrada na União, é um dos critérios de Copenhaga. Mas somos menos eficazes em assegurá-lo depois do Estado-Membro passar a Estado-Membro da União Europeia. Proteger o estado de Direito é defender todo e cada cidadão europeu, toda e cada uma das nacionalidades que fazem parte desta União. É reafirmar que a União não é apenas uma construção económica mas que tem valores e que os sabe preservar e defender”*.

ver pág. 8

Índice

| | |
|--|-----------|
| Parlamento Europeu apela a medidas da UE e dos Estados-Membros contra a corrupção..... | 3 |
| Parlamento Europeu recomenda estação de abastecimento de navios com GNL nos Açores..... | 5 |
| Pescas: PE propõe controlos mais eficazes e proteção da pesca costeira e artesanal..... | 7 |
| Eurodeputados propõem um pacto da UE para a democracia, o Estado de direito e os direitos fundamentais..... | 8 |
| Eurodeputados saúdam novas propostas sobre a tributação das sociedades..... | 11 |
| Serviços públicos na Internet vão passar a ser mais acessíveis a pessoas com deficiência e a idosos..... | 12 |
| Saúde: Parlamento Europeu quer um limite legal na UE para as gorduras trans..... | 14 |
| Orçamento UE 2017: PE quer mais dotações para o emprego dos jovens e a competitividade..... | 16 |
| Mulheres da comunidade yazidi vencem Prémio Sakharov 2016..... | 18 |
| Parlamento Europeu apoia operação para a libertação de Mossul..... | 20 |
| Ordem da sessão..... | 23 |

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa
ENF- Europa das Nações e da Liberdade

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Parlamento Europeu apela a medidas da UE e dos Estados-Membros contra a corrupção

O Parlamento Europeu quer que o atual ciclo político da UE inclua entre as suas prioridades a luta contra a corrupção e o branqueamento de capitais, propondo uma série de medidas para combater estes fenómenos criminosos. Os eurodeputados referem, por exemplo, os casos de corrupção no domínio dos contratos públicos e das parcerias público-privadas, o branqueamento de capitais através da compra de imóveis nos Estados-Membros da UE, os paraísos fiscais e a viciação de resultados desportivos.

As recomendações dos eurodeputados dão seguimento ao trabalho da comissão especial CRIM, criada pelo Parlamento Europeu em 2012 e que no seu relatório final, aprovado em outubro de 2013, propôs um plano de ação europeu contra a criminalidade organizada, a corrupção e o branqueamento de capitais.

Os eurodeputados reiteram o seu apelo à adoção deste plano de ação europeu e fazem uma série de recomendações à Comissão e aos Estados-Membros, como a elaboração de normas mínimas a nível da UE sobre a definição das infrações e das sanções, a apreensão dos bens das organizações criminosas e a sua reutilização para fins sociais, o reforço da cooperação judiciária e policial entre os Estados-Membros, a partilha de informações entre eles, a Europol e a Eurojust e uma maior utilização das equipas de investigação conjuntas.

O PE defende também a criação de uma Procuradoria Europeia que seja eficiente e independente dos governos nacionais e das instituições da UE e protegida contra pressões e influências políticas.

Contratos públicos e compra de imóveis

Em relação aos contratos públicos, o PE insta, por exemplo, a Comissão e os Estados-Membros a exigirem aos contratantes que revelem a sua estrutura empresarial e os seus proprietários efetivos antes da adjudicação de contratos, de forma a evitar o apoio a empresas que recorram a práticas de planeamento fiscal agressivo, à fraude e à evasão fiscais e à corrupção.

Os eurodeputados pedem aos Estados-Membros e às instituições europeias que elaborem “*listas negras de todas as empresas que mantenham ligações comprovadas com a criminalidade organizada e/ou estejam associadas a práticas de corrupção*” e excluam estas últimas de qualquer tipo de relação económica com a administração pública e do benefício de fundos europeus. Os países da UE devem “*excluir dos concursos públicos as propostas de entidades implicadas em práticas de corrupção ou branqueamento de capitais*”, acrescentam.

O relatório nota também que “*a compra de bens imóveis nos Estados-Membros da UE é uma forma de branquear capitais provenientes de atividades criminosas, que*

permite aos criminosos, proprietários efetivos, protegem os seus bens através de empresas de fachada estrangeiras”.

Os eurodeputados exortam os Estados-Membros a garantirem que toda e qualquer empresa estrangeira que pretenda adquirir um título de propriedade no seu território respeite as mesmas normas de transparência que são impostas às empresas com sede na sua jurisdição.

Bancos, funcionários públicos e políticos

Os países da UE devem adotar legislação específica para prevenir e combater as atividades dos profissionais, instituições bancárias, funcionários públicos e políticos que, embora não sejam membros de organizações criminosas, apoiam as suas atividades a vários níveis.

O PE apela à adoção de *“disposições vinculativas que prevejam que as pessoas que tenham sido condenadas ou que tenham participado em atos de criminalidade organizada, branqueamento de capitais, corrupção ou outras infrações graves, ou em crimes contra a administração pública, por ligação à criminalidade organizada ou por corrupção, não devem poder candidatar-se a eleições ou trabalhar ou na administração pública, incluindo as instituições, órgãos e organismos da União Europeia”.*

Manipulação de eventos desportivos

Os eurodeputados denunciam os interesses ilícitos que giram em torno dos circuitos legal e ilegal do jogo e a viciação de resultados desportivos para o branqueamento de capitais, instando a Comissão e os Estados-Membros a manterem ou introduzirem legislação que permita combatê-los e preveni-los, criminalizando, para tal, a manipulação de eventos desportivos.

O PE faz ainda recomendações noutros domínios específicos, como a contrafação de bens, medicamentos e produtos agroalimentares na UE, o tráfico de droga, os paraísos fiscais, os crimes contra o ambiente, a cibercriminalidade, o terrorismo, o tráfico de seres humanos e de migrantes e a política externa.

O relatório foi aprovado por 545 votos a favor, 91 contra e 61 abstenções.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“O combate ao crime organizado foi, desde muito cedo, uma prioridade para a União Europeia. Necessariamente, é parte fulcral no âmbito da cooperação judicial e policial em matéria penal, cuja origem está no acordo de Schengen e na livre circulação. Resulta também evidente que, em particular nos últimos 15 anos, o crime organizado ganhou uma nova dimensão, entre outras, tornou-se mais transfronteiriço, faz maior recurso às novas tecnologias.*

Esta resolução, que apoio e voto favoravelmente, resulta do trabalho que desde 2011 tem vindo a ser desenvolvido pelo Parlamento neste domínio. São diagnosticados novos problemas, por exemplo no que respeita ao uso indevido de fundos, mas também novos caminhos, nomeadamente no que respeita aos crimes ambientais”.

Ana Gomes (S&D) *“Senhor Presidente, agradeço a Laura Ferrara este seguimento da resolução sobre o crime de 2013, reiterando o apelo à adoção de um plano de ação europeu de combate à criminalidade organizada, corrupção e branqueamento de capitais.*

Não basta adotar legislação e ratificar tratados, precisamos de um plano concertado entre a Comissão e os Estados-Membros, de carácter multidisciplinar e holístico, que envolva as várias agências de combate ao crime, mas também as administrações dos Estados-Membros, os Parlamentos e a sociedade civil.

É preciso fomentar a confiança mútua e agilizar procedimentos de cooperação transfronteiriça. Exigimos a publicação do segundo relatório UE-anticorrupção, ainda sem data prevista. O acompanhamento das recomendações do relatório deve ser integrado nas recomendações do Semestre Europeu.

Por outro lado, as próprias instituições da União Europeia devem submeter-se à avaliação de integridade. A adesão da União ao Grupo de Estados Contra a Corrupção (GRECO) deve avançar quanto antes”.

Parlamento Europeu recomenda estação de abastecimento de navios com GNL nos Açores

O arquipélago dos Açores, devido à sua localização geográfica, “pode funcionar como uma importante estação de combustível para as rotas transatlânticas de gás natural liquefeito” (GNL), diz um relatório aprovado pelo Parlamento Europeu. Os eurodeputados pedem à Comissão que disponibilize fundos de apoio a projetos europeus com esta finalidade e que crie um projeto comum de “corredores azuis de GNL para ilhas” no setor marítimo.

O relatório sobre a Estratégia da UE de Gás Natural Liquefeito e de Armazenamento de Gás destaca a importância de encontrar opções de aprovisionamento de energia, “eficientes em termos de custos e sustentáveis do ponto de vista ambiental”, para aumentar a segurança a longo prazo do aprovisionamento na Península Ibérica e noutros pontos da Europa, “que não estão suficientemente ligados ao mercado interno da energia ou nele integrados e merecem o pleno apoio da UE em nome do princípio da solidariedade”.

Segundo os eurodeputados, “o GNL e o armazenamento de gás devem contribuir para pôr termo a qualquer tipo de isolamento energético que afete os Estados-Membros e as regiões da UE”.

Utilização do GNL como um combustível alternativo no transporte marítimo

O relatório reconhece o potencial do GNL enquanto combustível alternativo, tanto a nível do transporte rodoviário, como marítimo, sublinhando que a ampla utilização do GNL no transporte de mercadorias poderia contribuir para reduzir as emissões mundiais de CO₂, SO_x e NO_x, especialmente através de uma maior utilização de motores a GNL no transporte marítimo.

O Parlamento Europeu recomenda que sejam desenvolvidas “rotas marítimas, nomeadamente no arquipélago dos Açores, que, devido à sua localização geográfica, pode funcionar como uma importante estação de combustível para as rotas transatlânticas de GNL”.

Os eurodeputados pedem à Comissão Europeia que disponibilize fundos de apoio a projetos europeus com esta finalidade e que crie, em conjunto com os Estados-Membros e as respetivas regiões, um projeto comum de “corredores azuis de GNL para ilhas” no setor marítimo, incluindo os portos da rede global RTE-T (rede transeuropeia de transportes), para estabelecer as infraestruturas de GNL necessárias e ligar esta rede à rede RTE-T principal.

Este relatório do Parlamento Europeu, aprovado por 415 votos a favor, 223 contra e 55 abstenções, vem no seguimento da comunicação da Comissão relativa à Estratégia da UE de Gás Natural Liquefeito e de Armazenamento de Gás, incluída no pacote sobre segurança energética apresentado em 16 de fevereiro.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Cláudia Monteiro de Aguiar (PPE), relatora do parecer da comissão parlamentar dos Transportes “*Senhor Presidente, Senhor Comissário, quero agradecer ao Colega Gyürk pelo seu trabalho nesta estratégia tão importante e, enquanto relatora do parecer na Comissão dos Transportes, obviamente que não podia deixar esta oportunidade de referir a importância do gás natural liquefeito para o transporte marítimo e para os veículos pesados como um combustível alternativo.*

É essencial criar uma rede de infraestruturas de abastecimento e armazenamento, mas que não exclua os portos marítimos das ilhas, como referido na diretiva de combustíveis alternativos.

A solução passa também pela construção de infraestruturas de pequena escala e a utilização dos navios de cabotagem regular. Por isso, e tal como referido também neste relatório, propus a criação de um projeto comum, de corredores azuis de GNL para as ilhas, para as regiões ultraperiféricas do Atlântico, nomeadamente para a Madeira e para os Açores, e para que seja possível adaptar os portos, trabalhar as ligações marítimas e a reconversão dos navios.

Peço, por isso, também ao Senhor Comissário uma atenção especial e que se comprometa a apoiar e a disponibilizar fundos para a concretização deste projeto que é, sem dúvida, de interesse para Portugal mas também, sem dúvida, de interesse para a União Europeia”.

Carlos Zorrinho (S&D), relator do parecer da comissão parlamentar do Ambiente “*Senhor Presidente, Senhor Comissário, o gás natural liquefeito é uma componente muito importante para garantir a diversificação e a segurança energética e apoiar uma transição sustentável para um modelo baseado em energias renováveis e limpas. Fui relator na Comissão ENVI e o parecer destaca a otimização das redes existentes, a importância de apoiarmos a transição energética e, em particular, de descarbonizarmos os transportes pesados e os transportes marítimos.*

Esta estratégia tem que estar alinhada com o Acordo de Paris e é muito importante aproveitar o GNL para esta questão dos transportes, dos transportes marítimos e dos transportes pesados. Por isso, queria salientar a recomendação neste relatório para

que o arquipélago dos Açores, devido à sua localização geográfica, tenha uma estação de combustível para as rotas transatlânticas de transporte marítimo e é também muito importante que, nos seus vários instrumentos de financiamento, a Comissão Europeia preveja o financiamento de projetos deste tipo”.

Ricardo Serrão Santos (S&D) *“Senhor Presidente, o gás natural liquefeito pode ter um papel importante na mitigação dos efeitos do gás de estufa e na realização de esforços de descarbonização contemplados no acordo alcançado na COP 21, onde, como sabemos, os transportes marítimos ficaram fora da equação. Esse apelo deve ser considerado transitório e não deve abrandar nem substituir os investimentos no desenvolvimento das energias renováveis e no abandono das energias fósseis, e deve questionar o uso da fraturação hidráulica em larga escala para a extração de gás natural, dados os efeitos ambientais negativos no local.*

No entanto, estou em crer que esta aposta, enquanto transitória e a prazo, pode constituir para Europa mais uma solução alinhada com os desafios deste século e uma oportunidade para promover o desenvolvimento económico sustentado.

Por isso, saliento e registo como muito positiva a referência ao desenvolvimento de rotas marítimas em que o arquipélago dos Açores, dada a sua localização geoestratégica no centro do Atlântico, pode constituir um ponto-chave no abastecimento de navios mercantes com gás natural liquefeito”.

Pescas: PE propõe controlos mais eficazes e proteção da pesca costeira e artesanal

O Parlamento Europeu aprovou recomendações para a revisão do regulamento sobre o controlo das pescas, prevista para 2017. Os eurodeputados defendem um tratamento igualitário dos pescadores nos vários países da UE, uma aplicação uniforme das inspeções e exige que esta revisão seja efetuada em conjunto com o setor pesqueiro, “especialmente o setor da pesca costeira, tradicional e artesanal, cuja proteção e promoção deve ser o objetivo de qualquer nova legislação”.

O PE propõe uma série de medidas para tornar os controlos das pescas na UE mais justos, equilibrados e eficazes. Recomenda, por exemplo, a harmonização das inspeções para que haja igualdade de condições entre todas as atividades de pesca, um alargamento dos controlos a toda a cadeia de produção, a criação de um «currículo de base» de formação dos inspetores, e apela a que sejam evitadas disparidades em matéria de sanções.

Os eurodeputados salientam que a eficácia dos controlos varia também em função da enorme diversidade de áreas de pesca da UE, que inclui zonas restritas e confinadas, cujos recursos pesqueiros são partilhados essencialmente pelos Estados-Membros adjacentes, bem como zonas de pesca muito longínquas e remotas.

O PE refere, em particular, as características específicas das regiões ultraperiféricas, “cujas vastíssimas Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) eminentemente oceânicas, conjugadas com o tipo de recursos pesqueiros explorados (maioritariamente espécies

de profundidade e grandes migradores pelágicos) e com a escassez de recursos alternativos, justificam claramente um reforço das ações de controlo nestas regiões fortemente dependentes da pesca e altamente vulneráveis à atividade devastadora de frotas reconhecidamente incumpridoras das regras da PCP [política comum das pescas]”.

Os eurodeputados incentivam também a criação de mecanismos de financiamento destinados a aumentar o uso de tecnologias de baixo custo, a fim de permitir o controlo voluntário e aumentar a monitorização e a segurança dos pescadores, especialmente na pesca artesanal em pequena escala.

O PE exige que a revisão do regulamento sobre o controlo das pescas seja efetuada em conjunto com o setor pesqueiro, *“especialmente o setor da pesca costeira, tradicional e artesanal, cuja proteção e promoção deve ser o objetivo de qualquer nova legislação”.*

O relatório foi aprovado em plenário por 581 votos a favor, 59 contra e 48 abstenções.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Ricardo Serrão Santos (S&D) *“Senhor Presidente, é realmente importante criar uma estratégia para que o controlo das atividades da pesca na Europa se torne mais eficiente e mais justo. Como realça a relatora, a nossa Colega Isabelle Thomas, e que aproveito para congratular pelo trabalho realizado, há diferenças significativas na abordagem legal e o preço final entre os diversos Estados-Membros e que promovem injustiças e incompreensão.*

Para além da harmonização a nível nacional, há outros instrumentos que poderão parcialmente mitigar este problema. Por exemplo, há que estabelecer propostas formativas com génese na Agenda Europeia de Controlo das Pescas a utilizar pelas pensões nacionais e regionais.

Parece-me também muito interessante reforçar a utilização de novas tecnologias e a cooperação internacional, incluindo a de países terceiros.

Por todas estas razões, irei apelar ao voto positivo do relatório proposto e volto a felicitar a relatora.”

Eurodeputados propõem um pacto da UE para a democracia, o Estado de direito e os direitos fundamentais

A Comissão deve apresentar, até setembro de 2017, uma proposta para a criação de um *“Pacto da União para a Democracia, o Estado de Direito e os Direitos Fundamentais”*, que inclua uma dimensão preventiva e corretiva, um ciclo semelhante ao Semestre Europeu de coordenação das políticas orçamentais e relatórios específicos por país. A recomendação é feita num relatório de *“iniciativa legislativa”* hoje aprovado pelo Parlamento Europeu. Caso não apresente a proposta requerida pelo PE, a Comissão terá de justificar os motivos para tal.

“A Comissão Europeia pode ordenar aos Estados-Membros que adaptem os seus orçamentos (...) a fim de torná-los conformes com o direito da UE (...) O mesmo já não acontece quando se trata do cumprimento das obrigações previstas no Tratado em matéria de democracia, Estado de direito e direitos fundamentais (...) Não existe nenhum mecanismo integrado para uma monitorização sistemática, imparcial e completa de todos os Estados-Membros e das suas instituições”, salienta a relatora da comissão parlamentar das Liberdades Cívicas, Sophie in 't Veld (ALDE, Países Baixos).

O Parlamento Europeu requereu à Comissão que apresente, até setembro de 2017, uma proposta para a celebração de um *“Pacto da União para a Democracia, o Estado de Direito e os Direitos Fundamentais”*, sob a forma de um acordo interinstitucional, no âmbito do artigo 7.º do Tratado da UE, que determina as ações a tomar caso exista um risco manifesto de violação grave dos valores em que assenta a União.

O novo mecanismo europeu, que integraria e complementaria os mecanismos existentes, deve basear-se em elementos concretos, avaliar em termos equitativos e não deve ser sujeito a *“influência externa, nomeadamente do ponto de vista político”*. Deve ser aplicável tanto aos Estados-Membros como às instituições europeias e ser baseado numa abordagem gradual, *“incluindo uma vertente preventiva e outra corretiva”*.

A avaliação do estado da democracia, do Estado de direito e dos direitos fundamentais nos Estados-Membros e a elaboração de projetos de recomendações específicas por país devem ser efetuadas por um painel de peritos independentes.

Este painel de peritos deve avaliar cada um dos Estados-Membros relativamente a uma série de aspetos, como a existência de freios e contrapesos institucionais que garantam que a imparcialidade do Estado não seja posta em causa e a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social, e identificar eventuais riscos, abusos ou violações.

A adoção de um Relatório Europeu sobre Democracia, Estado de Direito e Direitos Fundamentais pela Comissão daria depois início ao debate interparlamentar e ao debate no Conselho. No relatório hoje aprovado, o Parlamento Europeu faz recomendações detalhadas sobre todos os passos deste mecanismo anual.

Relatório de iniciativa legislativa

De acordo com o Artigo 225.º do Tratado sobre o Funcionamento da UE, o Parlamento Europeu pode solicitar ao executivo comunitário que submeta à sua apreciação *“todas as propostas adequadas sobre as questões que se lhe afigurem requererem a elaboração de atos da União para efeitos de aplicação dos Tratados”*. Caso não apresente uma proposta, a Comissão terá de informar o Parlamento dos motivos para tal.

Este relatório de *“iniciativa legislativa”* foi aprovado em plenário por 405 votos a favor, 171 contra e 39 abstenções.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente Timmermans, caras e caros Colegas, o respeito pelo estado de Direito é um princípio basilar da União Europeia, exigimo-lo como condição de entrada na União, é um dos critérios de Copenhaga. Mas somos menos eficazes em assegurá-lo depois do Estado-Membro passar a Estado-Membro da União Europeia e sabemos que em diversos Estados este princípio atravessa momentos difíceis. É verdade que temos o artigo 7.º do Tratado da União, mas essa é uma situação limite e temos um conjunto de mecanismos, no Parlamento, na Comissão Europeia e no Conselho, de pouca consequência e nenhuma articulação.*

A iniciativa que hoje discutimos constitui, por isso, um bom impulso que vai no bom sentido, apelando a uma atuação integrada daquelas três instituições. Mas ainda agora estamos a dar os primeiros passos do que será, certamente, um longo processo.

Felicito a relatora Sophia in 't Veld e o relator-sombra do PPE Frank Engel, entre outros, pelo empenho e pelo trabalho, mas sejamos claros desde o início, este não é um exercício de burocracia, não é um ataque à soberania dos Estados-Membros, não é certamente contra nenhum povo. Proteger o estado de Direito é defender todo e cada cidadão europeu, toda e cada uma das nacionalidades que fazem parte desta União. É reafirmar que a União não é apenas uma construção económica mas que tem valores e que os sabe preservar e defender”.

Pedro Silva Pereira (S&D) *“Senhora Presidente, nós não podemos ter uma Europa que investe todas as suas energias na vigilância de umas décimas de défice orçamental mas fecha os olhos a gravíssimas violações do estado de Direito e dos direitos fundamentais que põem em causa os valores essenciais europeus. É por isso que precisamos, mesmo antes de qualquer revisão dos Tratados, de um mecanismo mais eficaz para prevenir, identificar e corrigir estas situações, indo mais longe do que o procedimento instituído, e bem, pela Comissão e que está a ser aplicado, pela primeira vez, no caso da Polónia.*

O relatório que aqui discutimos propõe esse mecanismo, com uma avaliação regular e independente da situação do estado de Direito, que permita depois elaborar recomendações por país. Parece uma boa solução, desde que, e este ponto é fundamental, se garanta que é um mecanismo dirigido às violações graves e sistémicas dos direitos fundamentais e do estado de Direito e não se transforme numa invasão gratuita da margem de governação dos Estados-Membros”...

(A Presidente retira a palavra ao orador)

João Pimenta Lopes (CEUE/EVN) *“Senhora Presidente, estamos perante mais um inaceitável assalto à soberania dos Estados, aprofundando os mecanismos de federalização da União Europeia.*

Três notas: a primeira, a União Europeia não tem legitimidade para dar lições de democracia a quem quer que seja. O vosso conceito de democracia é, entre outros, o das sanções que, aliás, o relatório defende e profunda, é o da chantagem e das pressões. As negociações do CETA ou as ameaças de sanções a Portugal são disso bom exemplo.

A segunda: a intenção de harmonização dos chamados direitos fundamentais para países como Portugal, com uma Constituição progressista, constitui uma inaceitável

pressão negativa, nivelando por baixo os padrões de direitos sociais e de trabalho. A terceira: o enredo de tratados e legislação europeus são um obstáculo à legítima decisão soberana de cada povo decidir dos seus destinos, um obstáculo à efetiva implementação da Constituição portuguesa e das conquistas da revolução que o povo português, mais cedo que tarde, saberá retomar e impor, libertando-se do constrangimento dos tratados”.

Ana Gomes (S&D) *“Senhor Presidente, a Europa que faz bullying a Portugal, Grécia e Espanha por décimas orçamentais e fecha os olhos diante da ofensiva contra direitos fundamentais de cidadãos imigrantes na Hungria e na Polónia falha clamorosamente. Um pacto interinstitucional para a democracia, estado de Direito e direitos fundamentais como proposto pela relatora Sophia in t’Veld é necessário. O estado de Direito, pedra base da legitimidade do projeto europeu, precisa de ser defendido com mecanismos robustos, supervisão e controlo para intervir e sancionar governos violadores. Só assim conseguiremos reconquistar a confiança dos cidadãos na Europa. Espero que Comissão e Conselho não bloqueiem esta proposta do Parlamento”.*

Eurodeputados saúdam novas propostas sobre a tributação das sociedades

O comissário europeu com a pasta da Fiscalidade, Pierre Moscovici, apresentou aos eurodeputados um novo pacote sobre a tributação das sociedades, incluindo uma proposta sobre uma matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades, há muito requerida pelo Parlamento Europeu. A maioria dos eurodeputados considera que esta proposta é um passo na direção certa, pedindo mais ambição na luta contra a elisão fiscal e apelando aos Estados-Membros para que cheguem finalmente a um acordo nesta matéria.

Em dezembro, o Parlamento Europeu estabeleceu prazos para a Comissão apresentar propostas legislativas que assegurem uma maior coordenação das políticas de tributação nacionais, tendo em vista combater o planeamento fiscal agressivo.

Com uma matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades (MCCCI), as empresas vão, pela primeira vez, dispor de um conjunto único de regras para calcular os seus lucros tributáveis em toda a UE. O sistema de imposto sobre as sociedades proposto ontem pela Comissão será obrigatório para os grandes grupos multinacionais, visando que as empresas com uma receita global superior a 750 milhões de euros por ano sejam tributadas no país onde, de facto, obtêm os seus lucros. No debate em plenário, alguns eurodeputados defenderam que este limiar deveria ser mais baixo.

A MCCCI foi concebida como um processo em duas fases. Segundo a Comissão, a matéria coletável comum pode ser rapidamente objeto de acordo, de modo a desbloquear os principais benefícios para as empresas e para os Estados-Membros. A consolidação deverá ser introduzida logo a seguir. As taxas do imposto sobre as sociedades não são abrangidas pelo âmbito de aplicação da MCCCI, continuando a ser um domínio da soberania nacional.

Intervenção de eurodeputados portugueses:

Marisa Matias (CEUE/EVN): *“O fardo fiscal não pode ficar apenas do lado dos trabalhadores e das pequenas e médias empresas e esta Comissão já tem uma marca muito forte de cedências às multinacionais.*

Uma base de tributação comum como a que apresenta para as multinacionais no espaço europeu pode até ser uma boa ideia, mas é apenas uma boa ideia se, e só se, o objetivo for definir também uma taxa mínima decente. Caso contrário, esta regra poderá oferecer um modelo de tributação às grandes corporações que lhes permita comparar ainda melhor os diferentes países e promover ainda mais dumping fiscal e ainda mais evasão fiscal.

Por isso lhe peço, senhor comissário, se for para ser feito, que seja feito a sério e que se lide também com a livre circulação dos capitais, portanto, regulando-a, e que se lide com os paraísos fiscais, terminando com eles. Não finjam, senhor comissário, sejam consequentes, ponham finalmente os cidadãos à frente das grandes corporações, seja na política fiscal, seja nos grandes acordos comerciais, como o CETA ou o TTIP. Os cidadãos agradeceriam seguramente”.

Ana Gomes (S&D): *“Felicitó o comissário Moscovici por esta proposta que o senhor diz ser melhor e diferente, mas ressuscita a de 2011 sobre matéria coletável comum consolidada do imposto sobre sociedades, então enterrada pelo Reino Unido e pela Irlanda. Como os escândalos LuxLeaks e Panamá Papers e outros demonstram, a transferência de lucros das multinacionais priva Estados-Membros como o meu, Portugal, de importantes receitas fiscais com grandes empresas a deslocalizar holdings para a Holanda, o Luxemburgo e outros paraísos fiscais para evitar pagar impostos.*

A pseudos soberania fiscal no mercado interno de livre circulação tem agravado a divergência económica na zona euro e tornado insuportável a injustiça fiscal e social. Os Estados-Membros não podem mais bloquear um acordo nesta matéria que deve incluir o «C» de consolidação e a determinação de uma taxa mínima aplicável em toda a União Europeia. Estamos consigo, senhor comissário, adiante”.

As propostas legislativas apresentadas pela Comissão serão agora enviadas ao Parlamento Europeu para consulta (o PE é consultado em matéria de fiscalidade) e ao Conselho para adoção.

Serviços públicos na Internet vão passar a ser mais acessíveis a pessoas com deficiência e a idosos

O Parlamento Europeu aprovou as primeiras regras à escala da UE para tornar os sítios Web e as aplicações móveis (“apps”) da administração pública, hospitais, tribunais, universidades e outros organismos do setor público acessíveis a todos, em especial às pessoas com deficiência e aos mais idosos. A nova diretiva visa facilitar o acesso destas pessoas à informação e aos serviços públicos na Internet, contribuindo para uma sociedade inclusiva e para a concretização do mercado único digital.

Na UE, há cerca de 80 milhões de pessoas com deficiência. Com o envelhecimento da população, prevê-se que o número de pessoas com deficiência ou com limitações relacionadas com a idade aumente para 120 milhões até 2020.

Primeiras regras à escala da UE sobre a acessibilidade da Web

Os sítios Web e as aplicações móveis de organismos do setor público - desde os serviços administrativos, judiciais e policiais até aos hospitais, universidades e bibliotecas - vão ter de cumprir normas comuns europeias em matéria de acessibilidade.

A nova diretiva, já acordada entre o Parlamento Europeu e os governos nacionais, requer que os organismos do setor público apresentem e atualizem periodicamente uma “*declaração de acessibilidade*” sobre o cumprimento destes requisitos.

Os conteúdos necessários para processos administrativos pendentes ou relativos a funções administrativas essenciais têm de estar acessíveis a todos os utilizadores.

Sistema para solicitar informações e notificar problemas

Os utilizadores vão poder solicitar informações específicas se determinado conteúdo estiver inacessível ou assinalar problemas de conformidade clicando apenas numa ligação de “*feedback*” (sistema de retroação).

Esses pedidos de informação poderão dizer respeito a conteúdos excluídos do âmbito de aplicação da diretiva ou que não sejam obrigados a cumprir os requisitos de acessibilidade, como, por exemplo, os ficheiros em formato Office, os conteúdos multimédia dinâmicos pré-gravados ou o conteúdo de sítios Web arquivados.

Caberá aos Estados-Membros assegurar que os organismos do setor público dão uma resposta adequada aos pedidos e às notificações dos utilizadores num prazo razoável. Estes últimos terão de disponibilizar uma ligação para um “*procedimento de execução*” que os utilizadores poderão utilizar em caso de resposta não satisfatória, como a possibilidade de contactar um provedor.

Cada país terá de designar uma autoridade responsável pela monitorização e execução desta diretiva.

Próximos passos

A diretiva sobre a acessibilidade dos sítios Web e das aplicações móveis de organismos do setor público entrará em vigor 20 dias após a sua publicação no Jornal Oficial da UE. Os Estados-Membros terão em seguida 21 meses para transpor as novas regras para a legislação nacional.

Os novos sítios Web terão depois um ano para cumprir os requisitos de acessibilidade, os sítios Web mais antigos dois anos e as aplicações móveis terão 33 meses para o fazer.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“A presente directiva visa aproximar as disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros relacionadas com os requisitos de acessibilidade dos sítios Web e das aplicações móveis dos organismos do setor público, permitindo, assim, que esses sítios Web e essas aplicações móveis sejam mais acessíveis para os utilizadores, em especial para as pessoas com deficiência.*

Apoio o Relatório Charanzóva que vem aprovar a posição do Conselho em primeira leitura, permitindo, assim, que se eliminem os obstáculos no seio do mercado interno, resultantes da falta de harmonização das abordagens nacionais para a acessibilidade da Web.

É inconcebível que, nos dias de hoje, a Internet não seja uma realidade para todos, havendo segregação no acesso à informação e na plena realização dos seus direitos por milhões de cidadãos europeus.

Congratulo-me que com esta nova Diretiva se facilite o acesso destas pessoas à informação e aos serviços públicos na Internet, contribuindo para uma sociedade inclusiva e para a concretização do mercado único digital, passando os sítios Web e as aplicações móveis de organismos do setor público, tais como os serviços administrativos, judiciais e policiais até aos hospitais, universidades e bibliotecas, a ter de cumprir normas comuns europeias em matéria de acessibilidade”.

Saúde: Parlamento Europeu quer um limite legal na UE para as gorduras trans

O Parlamento Europeu pediu à Comissão que estabeleça um limite legal para os ácidos gordos trans industriais em todos os produtos alimentares, tendo em conta os riscos que estas gorduras representam para a saúde pública. A proposta deve ser apresentada no prazo de dois anos. O consumo elevado destas gorduras insaturadas é um fator de risco para o desenvolvimento de doenças coronárias, responsáveis por cerca de 660 mil mortes por ano na UE, ou seja, cerca de 14 % da mortalidade total.

O facto de apenas um em cada três consumidores europeus dispor de conhecimentos sobre os ácidos gordos trans (AGT) demonstra que as medidas de rotulagem não são eficazes e que têm de ser tomadas medidas para sensibilizar a opinião pública, nota a resolução aprovada por 586 votos a favor, 19 contra e 38 abstenções.

O PE quer que o executivo comunitário apresente no prazo de dois anos uma proposta que estabeleça um limite legal para os AGT industriais em todos os produtos alimentares, a fim de reduzir o seu consumo na UE.

Essa proposta deve ser acompanhada de uma avaliação de impacto destinada a *“calcular os custos da reformulação industrial que possam resultar da imposição de limites obrigatórios e a avaliar o risco de esses custos serem suportados pelos consumidores”.*

A introdução na Dinamarca, em 2003, de limites legais para os AGT industriais (impondo um limite nacional de 2 % do teor de AGT em óleos e gorduras) “foi um êxito, contribuindo para uma redução significativa das mortes causadas por doenças cardiovasculares”, diz o PE.

Os eurodeputados instam o setor da indústria alimentar a “privilegiar soluções alternativas que respeitem as normas de saúde e ambientais”.

Desigualdades em matéria de saúde

Os AGT tendem a ser utilizados em alimentos mais baratos. Uma vez que as pessoas com rendimentos mais baixos estão mais expostas a alimentos com elevado teor de AGT, “o potencial de crescentes desigualdades em matéria de saúde aumenta”, nota o PE.

O consumo frequente de óleos vegetais parcialmente hidrogenados de produção industrial tem sido associado a um aumento do risco de doenças cardiovasculares, infertilidade, endometriose, cálculos biliares, doença de Alzheimer, diabetes, obesidade e alguns tipos de cancro.

Contexto

Os ácidos gordos trans são gorduras insaturadas que podem ser encontradas nos alimentos derivados de ruminantes e nos óleos vegetais parcialmente hidrogenados de produção industrial.

As gorduras trans são utilizadas pela indústria alimentar devido às suas características específicas, nomeadamente para garantir a consistência desejada dos produtos e prolongar prazo de validade.

Muitos restaurantes e estabelecimentos de restauração rápida recorrem aos AGT para fritar os alimentos, dado que estas gorduras são baratas e podem ser reutilizadas várias vezes nas fritadeiras industriais.

Os produtos atualmente produzidos com gorduras trans são, em especial, os produtos prontos a consumir ou de restauração rápida (doces e salgados), sendo classificados como géneros alimentícios muito transformados.

Atualmente, a legislação da UE não regulamenta o teor de AGT nos produtos alimentares, nem sequer impõe a sua rotulagem.

Orçamento UE 2017: PE quer mais dotações para o emprego dos jovens e a competitividade

O Parlamento Europeu aprovou hoje a sua posição sobre o orçamento da UE para 2017. Os eurodeputados rejeitam os cortes feitos pelo Conselho ao projeto de orçamento da Comissão e propõem o aumento das dotações em áreas que consideram prioritárias, como a Iniciativa para o Emprego dos Jovens, o crescimento, a migração e a segurança.

Os parlamentares repõem ainda todos os montantes que foram cortados no Mecanismo Interligar a Europa e no programa de inovação Horizonte 2020.

O PE decidiu manter na reserva 20 % das remunerações de antigos comissários até que a Comissão Europeia reforce o Código de Conduta dos Comissários para prevenir conflitos de interesses e as chamadas “*portas giratórias*”.

O PE fixa o nível global das dotações para 2017 em 160,7 mil milhões de euros em dotações para autorizações (mais 4,1 mil milhões do que o proposto no projeto de orçamento da Comissão) e 136,7 mil milhões de euros em dotações para pagamentos (mais 2,5 mil milhões do que a Comissão).

Parte deste financiamento adicional deverá ser obtido através da revisão intercalar do quadro financeiro plurianual da UE 2014-2020, que está a ser discutida atualmente.

Juventude, emprego e crescimento

O PE aumenta a dotação da Iniciativa para o Emprego dos Jovens em 1.500 milhões de euros em dotações de autorização, a fim de dar uma resposta mais eficaz ao desemprego dos jovens. Propõe também alguns aumentos seletivos em relação ao nível do projeto de orçamento para os programas COSME (competitividade das empresas), Progress (emprego e inclusão social) Marie Curie (investigação), Conselho Europeu de Investigação, Eures (mobilidade profissional) e Erasmus+ (mobilidade estudantil).

Os eurodeputados repõem ainda todos os montantes cortados no Mecanismo Interligar a Europa (investimentos destinados a melhorar as redes europeias dos transportes, da energia e da tecnologia digital) e no Horizonte 2020 (programa da UE para a investigação e a inovação), num total de 1.240 milhões de euros em autorizações.

Os parlamentares procuram, assim, minimizar ao máximo o impacto orçamental da criação do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEEI, também conhecido por Plano Juncker) nestes dois instrumentos, cujas rubricas foram cortadas para ajudar a financiar o Fundo de Garantia do FEIE.

O PE considera que o orçamento da UE deve dar prioridade a iniciativas que venham a facilitar uma verdadeira ecologização da economia.

Migração, asilo e segurança

As agências com responsabilidades nos domínios da migração, do asilo e da segurança, como o Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo, o Serviço Europeu de Polícia (Europol) e a Unidade Europeia de Cooperação Judiciária (Eurojust), devem também ter mais dotações, defendem os eurodeputados.

O PE reitera que a criação do Mecanismo em favor dos Refugiados na Turquia e de quaisquer outros instrumentos *ad hoc* não pode ser financiada por cortes noutros instrumentos existentes, como os relativos à política de desenvolvimento.

Setor leiteiro

Os eurodeputados aguardam a apresentação da Carta Retificativa para o pacote de apoio de emergência, em particular para o sector leiteiro, e exprimem “*o seu firme apoio ao setor agrícola na União*”. O PE aumenta as dotações em 600 milhões de euros em relação ao projeto de orçamento, a fim de contrariar os efeitos da crise no setor dos laticínios e do embargo russo no setor do leite.

20 % das remunerações de antigos comissários ficam na reserva

O PE decidiu manter na reserva 20 % das remunerações de antigos comissários até que a Comissão Europeia reforce o Código de Conduta dos Comissários para prevenir conflitos de interesses e as chamadas “*portas giratórias*”.

A resolução do PE sobre o orçamento comunitário para 2017 foi aprovada por 446 votos a favor, 184 contra e 60 abstenções.

Próximos passos

Os negociadores do PE e do Conselho terão agora 21 dias de “*conciliação*” para chegar a um acordo. O orçamento da UE para 2017 deverá depois ser aprovado na sessão plenária de dezembro. Caso não haja acordo, a Comissão Europeia terá de apresentar um novo projeto de orçamento.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

José Manuel Fernandes (PPE) “*Senhor Presidente, o orçamento do próximo ano tem uma tarefa adicional: restaurar a confiança. E isso implica que se recupere o atraso enorme que existe nos pagamentos, o atraso enorme que existe na execução, melhor dizendo, do quadro financeiro plurianual.*

Note-se que o orçamento retificativo n.º 4 devolve aos Estados-Membros 7 300 milhões de euros, mas as autorizações continuam lá e este montante tem de ser devolvido posteriormente ao orçamento da União Europeia. Isto significa que precisamos de flexibilidade, isto significa também que os instrumentos especiais, e o nome “especiais” indica isso, têm de ser contabilizados fora e acima dos tetos do quadro financeiro plurianual.

Este é um entendimento lógico e o entendimento único e possível, o entendimento legal que o Conselho também deveria seguir. Isto para dizer que é evidente que a proposta de orçamento para 2017 implica a revisão do quadro financeiro plurianual.

E nós não podemos desperdiçar nem um único euro, nem podemos desperdiçar mais tempo. E não é aceitável que o Conselho neste momento ainda não esteja pronto para iniciar a discussão do quadro financeiro plurianual e a sua revisão, nem esteja pronto para iniciar o trabalho com o Parlamento relativamente à carta retificativa n.º 1, ou seja, para começar com a negociação do Orçamento de 2017.

Nós queremos crescimento, queremos emprego, queremos solidariedade e para tal precisamos de um orçamento que respeite os compromissos que foram assumidos”.

Carlos Coelho (PPE) *“O Orçamento de 2017 deve responder às necessidades ligadas aos desafios das migrações e ao abrandamento do crescimento na sequência da crise económica. É, pois, necessário reforçar o financiamento para os projetos de investigação e de infraestruturas, bem como o combate o desemprego jovem.*

Apoio o aumento da dotação da iniciativa para o emprego dos jovens em 1 500 milhões de euros em dotações de autorização. Congratulo-me com a proposta da Comissão de um montante adicional de 1.8 mil milhões de euros para dar resposta ao desafio da migração na União. Concordo com a necessidade de se reforçar as dotações para a Europol, a Eu-lisa e a Enisa.

Aprovo a decisão do Parlamento de aumentar as dotações para o sector leiteiro em 600 milhões de euros, a fim de contrariar os efeitos da crise no sector dos laticínios e do embargo russo ao sector do leite. Subscrevo a reposição de todos os montantes cortados no Mecanismo Interligar a Europa (investimentos destinados a melhorar as redes europeias dos transportes, da energia e da tecnologia digital) e no Horizonte 2020 (programa da UE para a investigação e a inovação), num total de 1 240 milhões de euros em autorizações”.

Ricardo Serrão Santos (S&D) *“Senhor Presidente, o orçamento de 2017 acomoda, através da carta retificativa da Comissão Europeia, um orçamento suplementar para um pacote de ajudas ao sector leiteiro na Europa. É um pequeno passo no sentido de reequilibrar o mercado do leite, mas não podemos ficar-nos pelos paliativos.*

Os produtores de leite sofreram um abaixamento do preço até níveis junto do limiar dos custos de produção, o que foi exacerbado pelo fim das quotas leiteiras e pelo embargo russo.

São urgentes medidas eficazes para prevenir e mitigar a crescente volatilidade dos preços do sector leiteiro e que permitam aos produtores garantir a viabilidade das produções, com o pagamento de um preço justamente remuneratório da atividade.

Agir sobre esta matéria é tão mais importante se queremos evitar corromper a base do tecido social e económico em zonas rurais, como as zonas de montanha e a região ultraperiférica dos Açores, com uma presença dominante da produção do leite e onde escasseiam atividades económicas alternativas”.

Mulheres da comunidade yazidi vencem Prémio Sakharov 2016

O presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, anunciou que o Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento 2016 vai ser atribuído a Nadia Murad e Lamiya Aji Bashar, sobreviventes da escravatura sexual do autoproclamado Estado Islâmico e defensoras da comunidade yazidi no Iraque.

A cerimónia de entrega do prémio realiza-se no dia 14 de dezembro, em Estrasburgo.

Ao anunciar a decisão, o presidente do PE, Martin Schulz, disse que Nadia Murad e Lamiya Aji Bashar “*partilharam um passado triste e trágico*”, mas “*sentiram que tinham de sobreviver e lutar por aqueles que tiveram de deixar para trás*”.

Martin Schulz elogiou a “*coragem destas duas mulheres*” para lutar contra a impunidade daqueles que cometeram “*crimes horríveis*” contra a comunidade yazidi no Iraque. “*São a voz de tantas vítimas do Estado Islâmico e mostram que é possível defender a liberdade e lutar contra a injustiça*”, disse o presidente do PE.

A atribuição do Prémio Sakharov a Nadia Murad e a Lamiya Aji Bashar mostra que “*a sua luta não foi em vão e que estamos preparados para ajudá-las na luta contra o sofrimento e a brutalidade infligidos pelo autoproclamado Estado Islâmico, aos quais ainda estão expostas tantas pessoas*”, afirmou o presidente do PE. “*Foram capazes de fugir para a Europa e de encontrar aqui um porto seguro*”, acrescentou.

As vencedoras do Prémio Sakharov 2016 foram escolhidas pela Conferência dos Presidentes do PE, constituída pelo presidente da instituição e pelos líderes dos grupos políticos. A cerimónia de entrega do prémio está agendada para dia 14 de dezembro, em Estrasburgo.

Nadia Murad e Lamiya Aji Bashar foram nomeadas pelos grupos S&D e ALDE.

Perfil das vencedoras

Nadia Murad Basee Taha e Lamiya Aji Bashar sobreviveram à escravatura sexual do autoproclamado Estado Islâmico (EI) e tornaram-se porta-vozes das mulheres vítimas deste grupo terrorista. São defensoras públicas da comunidade yazidi no Iraque, uma minoria religiosa que tem sido objeto de uma campanha de genocídio por militantes do EI.

Em 3 de agosto de 2014, o EI assassinou todos os homens da aldeia de Kocho, cidade natal de Nadia Murad e Lamiya Aji Bashar, em Sinjar, no Iraque. Na sequência do massacre, as mulheres e as crianças foram escravizadas: todas as jovens, incluindo Nadia, Lamiya e as suas irmãs, foram raptadas, compradas e vendidas várias vezes, e exploradas para fins de escravatura sexual.

Durante o massacre de Kocho, Nadia Murad perdeu seis dos seus irmãos e a mãe, que foi morta juntamente com oitenta mulheres mais idosas consideradas como não tendo qualquer valor sexual.

Lamiya Aji Bashar também foi explorada como escrava sexual, juntamente com as suas seis irmãs. Foi vendida cinco vezes entre os militantes e forçada a fabricar bombas e coletes suicidas em Mossul depois de os militantes do EI executarem o seu pai e os seus irmãos.

Em novembro de 2014, Nadia Murad conseguiu fugir com a ajuda de uma família vizinha, que a retirou clandestinamente da zona controlada pelo EI, permitindo-lhe

seguir para um campo de refugiados no norte do Iraque e depois para a Alemanha. Um ano mais tarde, em dezembro de 2015, dirigiu-se ao Conselho de Segurança das Nações Unidas na sua primeira sessão sobre tráfico de seres humanos com um discurso de grande impacto sobre a sua experiência. Em setembro de 2016, tornou-se a primeira Embaixadora da Boa Vontade do UNODC para a Dignidade dos Sobreviventes do Tráfico de Seres Humanos, participando em iniciativas de sensibilização globais e locais sobre a difícil situação das inúmeras vítimas do tráfico de seres humanos. Em outubro de 2016, o Conselho da Europa homenageou-a com o Prémio dos Direitos Humanos Václav Havel.

Lamiya Aji Bashar tentou fugir várias vezes até escapar finalmente em abril, com a ajuda da sua família, que contratou passadores locais. Ao fugir da fronteira curda para território controlado pelo Governo do Iraque, com militantes do EI no seu encalço, uma mina terrestre explodiu, matando duas pessoas próximas e deixando-a ferida e quase cega. Lamiya Aji Bashar conseguiu escapar e acabou por ser enviada para tratamento médico na Alemanha, onde se juntou aos seus irmãos sobreviventes. Desde a sua recuperação, Lamiya Aji Bashar tem trabalhado ativamente na sensibilização para a difícil situação da comunidade yazidi e continua a ajudar mulheres e crianças que foram vítimas da escravatura e das atrocidades do EI.

Prémio Sakharov

Todos os anos, desde 1988, o PE atribui o Prémio Sakharov (assim chamado em homenagem ao dissidente soviético Andrei Sakharov) a pessoas ou organizações que se destacam na defesa dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. No ano passado, o prémio foi atribuído ao blogger saudita Raif Badawi.

Parlamento Europeu apoia operação para a libertação de Mossul

O Parlamento Europeu deu o seu apoio à operação lançada pelo Iraque para a libertação de Mossul do autoproclamado Estado Islâmico (EI). Os eurodeputados exortam as partes no conflito a abrir corredores humanitários para ajudar a população civil e evitar que esta seja usada como escudo humano. O PE condena o “*regime draconiano*” que o EI impôs em Mossul e apela ao pleno respeito dos direitos das diferentes minorias étnicas e religiosas no país, como os yazidis.

Numa resolução aprovada por 488 votos a favor, 11 contra e 128 abstenções, o PE manifesta o seu apoio à operação lançada pelo exército iraquiano, com o apoio da coligação internacional contra o EI e as forças Peshmerga do Governo Regional Curdo e as Forças de Mobilização Popular, para a libertação de Mossul, a segunda maior cidade do Iraque.

O PE condena veementemente a violência e as execuções em massa que continuam a ser perpetradas pelo EI no Iraque e o “*regime draconiano*” que impôs em Mossul,

apelando ao pleno respeito dos direitos das diferentes minorias étnicas e religiosas no país, em particular os yazidis, os caldeus/siríacos/assírios e os turcomanos.

A assembleia expressa *“profunda preocupação com as informações constantes sobre a utilização pelo Estado Islâmico de crianças, idosos, mulheres e pessoas vulneráveis como escudos contra as operações militares que estão em curso para a libertação do Norte do Iraque”*.

Os eurodeputados exortam todas as partes no conflito a respeitarem o direito humanitário internacional, durante e após as hostilidades, e a tomarem todas as precauções necessárias para que as crianças e as suas famílias sejam protegidas dos bombardeamentos, bem como escolas e hospitais.

O PE defende que todos os crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos pelo EI no Iraque, na Síria, na Líbia e noutras partes do mundo devem ser julgados pelo Tribunal Penal Internacional.

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), mais de 1,5 milhões de pessoas estão em risco iminente de deslocamento em Mossul, como consequência direta da operação para reconquistar esta zona.

Até ao momento, a UE disponibilizou 134 milhões de euros em ajuda humanitária ao Iraque, dos quais 50 milhões para Mossul. O PE insta a UE e os seus Estados-Membros a redobram os seus esforços para a estabilização das zonas libertadas.

Futuro do Iraque

O PE insta todos os atores que combatem o EI no Iraque a desenvolver uma cooperação sustentável a longo prazo com vista a criar os alicerces de um Iraque livre de movimentos radicais e extremistas.

O Serviço Europeu para a Ação Externa, os Estados-Membros da UE e a comunidade internacional devem dar o seu apoio a uma estrutura sustentável e inclusiva, no pós-conflito, para esta região.

O PE insta o Serviço Europeu para a Ação Externa a oferecer os seus bons ofícios nas negociações com o Governo Regional Curdo e o Governo iraquiano, após a libertação, para que os grupos étnicos minoritários na região, nomeadamente cristãos (caldeus/siríacos/assírios), yazidis, turcomanos, shabaks e kaka'is, “vejam os seus legítimos direitos reconhecidos e sejam incluídos numa nova estrutura administrativa, a fim de impedir a deflagração de novos conflitos”.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“O Iraque, a par da Síria, tem sido um dos países mais afetados pelas incursões do autodenominado Estado Islâmico. O terror e a chacina que tem semeado nesta região estão na origem do maior número de pessoas deslocadas desde a Segunda Guerra Mundial.*

Esta ofensiva contra o Daesh reveste-se, contudo, de particular importância, porque ataca o seu último grande reduto no Iraque. Não só Mossul é a segunda maior

importante cidade do Iraque como, devido à diversidade étnica e religiosa desta região, é o exemplo paradigmático da destruição provocada pela ocupação.

É louvável o esforço levado a cabo pela coligação liderada pelos Estados Unidos e, neste caso, com o apoio do exército iraquiano e das forças peshmerga do Governo Regional Curdo. No entanto, é crucial acautelar desde já o futuro desta região, garantindo ajuda humanitária, um Estado que permita garantir a segurança do território e respeite as inúmeras minorias. Só assim é possível devolver estabilidade à região.

A União Europeia deve desempenhar aqui um papel fundamental. Julgo ser claro o dever moral, além da importância geoestratégica”.

Francisco Assis (S&D) *“Senhor Presidente, a batalha pela libertação de Mossul constitui, como sabemos, um enorme desafio militar, pela natureza do inimigo, e um enorme desafio humanitário, pelo número de civis afetados. Mas na batalha de Mossul está em causa muito mais do que a derrota do Daexe e a libertação da cidade e dos seus habitantes. Está em causa o futuro do Iraque.*

Que o Daexe será derrotado, é uma certeza! Mas já não podemos ter a certeza de que a derrota do Daexe dará automaticamente início a uma época de paz neste país tão martirizado. Algumas das forças que hoje combatem os jihadistas combatiam entre si não há muito tempo. Há feridas e rivalidades apenas temporariamente suspensas.

O período pós-Daexe será, pois, um período crítico, cheio de perigos, mas constituirá também uma oportunidade histórica para a reconciliação e o desenvolvimento do Iraque. Como sabemos, o Iraque caracteriza-se por uma grande diversidade étnico-religiosa. O país só alcançará paz e prosperidade se respeitar e preservar essa diversidade, criando condições para a participação política das diversas minorias religiosas e correntes sociais.

O objetivo da estabilização e da prosperidade do Iraque dependerá de esforços externos e internos. Terá de passar, entre outros, por um diálogo entre xiitas e sunitas, bem como por um diálogo com os vários países da região e a União Europeia pode, e deve ter aí um papel muito ativo. Muito obrigado”.

Ana Gomes (S&D) *“Senhor Presidente, há uns anos visitei os valentes Peshmerga na linha da frente junto a Mossul e percebi como libertar esta cidade é decisivo para arrasar o Daexe globalmente. Mas é imperativo que as forças libertadoras respeitem o direito internacional, durante e após a operação militar e abram corredores humanitários sob monitorização internacional.*

Os governos da União Europeia têm o dever de apoiar mais e mais eficazmente as autoridades do Iraque e do governo regional curdo, concertando-se entre si na ajuda humanitária e também na militar, incluindo no apoio à reconstrução e proteção de áreas libertadas e das minorias, na dissuasão das ambições territoriais da Turquia, no diálogo xiita-sunita essencial para a reconciliação e a governação democrática, além de tudo fazer para que os crimes de guerra e contra a humanidade cometidos pelo Daexe e outras forças sejam referidos ao Tribunal Penal Internacional, numa estratégia de combate global à violência extremista e terrorista e seus mandantes e financiadores”.

Ordem do dia 24 a 27 Outubro de 2016

► Segunda-feira, 24 Outubro

17:00 - 23:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Quadro jurídico da União respeitante às infrações à legislação aduaneira e respetivas sanções - *Relatório: Kaja Kallas (A8-0239/2016)*

Estratégia da UE relativamente ao Irão após o acordo nuclear - *Relatório: Richard Howitt (A8-0286/2016)*

Breve apresentação dos seguintes relatórios:

Luta contra a corrupção e seguimento dado à resolução da Comissão CRIM - *Relatório: Laura Ferrara (A8-0284/2016)*

Direitos humanos e migração nos países terceiros - *Relatório: Marie-Christine Vergiat (A8-0245/2016)*

Responsabilidade das empresas por violações graves dos direitos humanos em países terceiros - *Relatório: Ignazio Corrao (A8-0243/2016)*

Estratégia da UE de Gás Natural Liquefeito e de Armazenamento de Gás - *Relatório: András Gyürk (A8-0278/2016)*

Como harmonizar os controlos da pesca na Europa - *Relatório: Isabelle Thomas (A8-0234/2016)*

Melhorar a ligação e a acessibilidade das infraestruturas de transportes na Europa Central e Oriental - *Relatório: Tomasz Piotr Poręba (A8-0282/2016)*

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

► Terça-feira, 25 Outubro

09:00 - 11:50

Criação de um mecanismo da UE para a democracia, o primado do Direito e os direitos fundamentais - *Relatório: Sophia in 't Veld (A8-0283/2016)*

Segurança interna na UE - progressos na aplicação das medidas de segurança adotadas e desafios futuros - *Declarações do Conselho e da Comissão*

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Intercâmbio automatizado de dados de ADN na Dinamarca - *Relatório: Claude Moraes (A8-0289/2016)*

Intercâmbio automatizado de dados datiloscópicos na Dinamarca - *Relatório: Claude Moraes (A8-0288/2016)*

Acordo UE-China sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração de titulares de passaportes diplomáticos - *Recomendação: Bodil Valero (A8-0281/2016)*

Estados-Membros confrontados ou ameaçados com graves dificuldades de estabilidade financeira - *Relatório: Iskra Mihaylova (A8-0292/2016)*

Pedido de levantamento da imunidade de Jean-Marie Le Pen - *Relatório: Evelyn Regner (A8-0301/2016)*

Pedido de defesa dos privilégios e imunidades de Jane Collins - *Relatório: Tadeusz Zwiefka (A8-0297/2016)*

Pedido de defesa dos privilégios e imunidades de Mario Borghezio - *Relatório: Angel Dzhambazki (A8-0312/2016)*

Estatísticas dos transportes ferroviários no que respeita à recolha de dados sobre mercadorias, passageiros e acidentes - *Recomendação para segunda leitura: Michael Cramer (A8-0300/2016)*

Estatísticas do transporte de mercadorias por vias navegáveis interiores (poderes delegados e competências de execução) - *Recomendação para segunda leitura: Bas Eickhout (A8-0298/2016)*

Quadro jurídico da União respeitante às infrações à legislação aduaneira e respetivas sanções - *Relatório: Kaja Kallas (A8-0239/2016)*

Projeto de orçamento rectificativo n.º 3/2016: Segurança das Instituições - *Relatório: José Manuel Fernandes, Gérard Deprez (A8-0295/2016)*

Estratégia da UE relativamente ao Irão após o acordo nuclear - *Relatório: Richard Howitt (A8-0286/2016)*

Luta contra a corrupção e seguimento dado à resolução da Comissão CRIM - *Relatório: Laura Ferrara (A8-0284/2016)*

Direitos humanos e migração nos países terceiros - *Relatório: Marie-Christine Vergiat (A8-0245/2016)*

Responsabilidade das empresas por violações graves dos direitos humanos em países terceiros - *Relatório: Ignazio Corrao (A8-0243/2016)*

Estratégia da UE de Gás Natural Liquefeito e de Armazenamento de Gás - *Relatório: András Gyürk (A8-0278/2016)*

Como harmonizar os controlos da pesca na Europa - *Relatório: Isabelle Thomas (A8-0234/2016)*

Melhorar a ligação e a acessibilidade das infraestruturas de transportes na Europa Central e Oriental - *Relatório: Tomasz Piotr Poręba (A8-0282/2016)*

Criação de um mecanismo da UE para a democracia, o primado do Direito e os direitos fundamentais - *Relatório: Sophia in 't Veld (A8-0283/2016)*

15:00 - 23:00

Programa de trabalho da Comissão para 2017 - *Declaração da Comissão*

Revisão intercalar do QFP - *Declaração da Comissão*

Orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2017 - todas as secções - *Relatório: Jens Geier, Indrek Tarand (A8-0287/2016)*

Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: aplicação das prioridades para 2016 - *Relatório: Alfred Sant (A8-0309/2016)*

Pacote sobre a tributação das empresas - *Declaração da Comissão*

Acessibilidade dos sítios Web e das aplicações móveis dos organismos do setor público - *Recomendação para segunda leitura: Dita Charanzová (A8-0269/2016)*

Medidas de proteção contra as pragas dos vegetais - *Recomendação para segunda leitura: Anthea McIntyre (A8-0293/2016)*

Gorduras trans - *Pergunta oral (O-000105/2016 - B8-1801/2016) (O-000106/2016 - B8-1802/2016)*

► Quarta-feira, 26 Outubro

09:00 - 11:50 DEBATE PRIORITÁRIO

Conclusões da reunião do Conselho Europeu de 20 e 21 de outubro de 2016 - *Declarações do Conselho Europeu e da Comissão*

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Projeto de orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2017 - todas as secções 8
Orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2017 - todas as secções - *Relatório: Jens Geier, Indrek Tarand (A8-0287/2016)*

Revisão intercalar do QFP - *Propostas de resolução*

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2016/003 EE/Petroleum and Chemicals - *Relatório: Victor Negrescu (A8-0314/2016)*

Acessibilidade dos sítios Web e das aplicações móveis dos organismos do setor público - *Recomendação para segunda leitura: Dita Charanzová (A8-0269/2016)*

Medidas de proteção contra as pragas dos vegetais - *Recomendação para segunda leitura: Anthea McIntyre (A8-0293/2016)*

Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: aplicação das prioridades para 2016 - *Relatório: Alfred Sant (A8-0309/2016)*
Gorduras trans - *Propostas de resolução*

15:00 - 23:00

Apresentação do relatório anual do Tribunal de Contas - 2015
Políticas e ações da UE destinadas a proteger as crianças no contexto da migração - *Pergunta oral (O-000126/2016 - B8-1804/2016)*
Situação no norte do Iraque/Mossul - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*
Afeganistão, nomeadamente compromissos da UE e papel do PE no Caminho conjunto UE-Afeganistão para as questões da migração - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*
Situação na Bielorrússia - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*
Situação dos jornalistas na Turquia - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*
Segurança nuclear e não proliferação - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*
Discussão conjunta - *Quitação 2014*
Quitação 2014: Orçamento Geral da UE - Conselho Europeu e Conselho - *Segundo relatório: Ryszard Czarnecki (A8-0271/2016)*
Quitação 2014: Empresa Comum ENIAC - *Segundo relatório: Marian-Jean Marinescu (A8-0264/2016)*
Quitação 2014: Empresa Comum ARTEMIS - *Segundo relatório: Marian-Jean Marinescu (A8-0276/2016)*
Quitação 2014: Empresa Comum para o ITER e o Desenvolvimento da Energia de Fusão - *Segundo relatório: Marian-Jean Marinescu (A8-0275/2016)*

► Quinta-feira, 27 Outubro

09:00 - 11:50

Serviço Voluntário Europeu - *Pergunta oral (O-000107/2016 - B8-1803/2016)*
Breve apresentação dos seguintes relatórios:
Estratégia da UE para a Juventude 2013-2015 - *Relatório: Andrea Bocskor (A8-0250/2016)*
Como pode a PAC melhorar a criação de emprego nas zonas rurais? - *Relatório: Eric Andrieu (A8-0285/2016)*

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Quitação 2014: Orçamento Geral da UE - Conselho Europeu e Conselho - *Segundo relatório: Ryszard Czarnecki (A8-0271/2016)*
Quitação 2014: Empresa Comum ENIAC - *Segundo relatório: Marian-Jean Marinescu (A8-0264/2016)*
Quitação 2014: Empresa Comum ARTEMIS - *Segundo relatório: Marian-Jean Marinescu (A8-0276/2016)*
Quitação 2014: Empresa Comum para o ITER e o Desenvolvimento da Energia de Fusão - *Segundo relatório: Marian-Jean Marinescu (A8-0275/2016)*
Situação no norte do Iraque/Mossul - *Propostas de resolução*
Situação dos jornalistas na Turquia - *Propostas de resolução*
Segurança nuclear e não proliferação - *Propostas de resolução*
Serviço Voluntário Europeu - *Propostas de resolução*
Estratégia da UE para a Juventude 2013-2015 - *Relatório: Andrea Bocskor (A8-0250/2016)*
Como pode a PAC melhorar a criação de emprego nas zonas rurais? - *Relatório: Eric Andrieu (A8-0285/2016)*

15:00 - 17:00

Mudança da hora de verão para a hora de inverno - *Declaração da Comissão*